

INTRODUÇÃO À ARTE OPERACIONAL

Capitão-de-Fragata José Carlos Pinto

O Capitão-de-Fragata José Carlos Pinto é Encarregado do Centro de Jogos de Guerra da Escola de Guerra Naval.

INTRODUÇÃO

A Arte ou Estratégia Operacional é um tema revestido de crescente interesse nos meios militares nacionais e internacionais. Sua importância é comprovada pelo fato de haver sido incorporada à doutrina de diversos países e da OTAN. Em face disso, existe hoje uma extensa literatura especializada sobre o assunto, composta por uma profusão de artigos, livros e publicações oficiais que, ao mesmo tempo em que o aprofunda, o torna complexo e hermético.

Até mesmo a forma como esse corpo teórico é denominado não encontra unanimidade: arte operacional, estratégia operacional, *operational warfare*, nível operacional, manobra operacional, manobra estratégica-operacional, entre outras. Os elementos que o compõem também costumam apresentar diferenças de denominação e definição ou no modo como são empregados, durante a dinâmica do planejamento militar.

Diante desse contexto, pretende-se aqui tecer uma breve resenha histórica da evolução dos níveis da guerra, onde se procurará elucidar as origens e o propósito da arte operacional. Em seguida, serão destacadas as principais definições e denominações que lhe tem sido atribuídas e, então, serão feitas as considerações finais. Com isso, espera-se apresentar um estudo meramente introdutório da arte operacional, mas que seja capaz de lançar luzes sobre seu escopo e sua essência, situando-a no contexto da teoria da guerra.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS NÍVEIS DA GUERRA E O SURGIMENTO DA ARTE OPERACIONAL

A história acompanhada de uma crítica arrazoada é uma verdadeira escola da guerra.

Jomini

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

As teorias se caracterizam pela organização de conceitos abstratos segundo um sistema ou modelo, normalmente constituído por sub-sistemas, com o propósito de explicar ou representar um dado fenômeno. Em suma, são modelos abstratos que buscam discernir uma ordem hipotética para fenômenos complexos.

De certa feita, os teorizadores da guerra tendem a sistematizá-la ou representá-la de duas formas: seja por meio de ramos ou componentes, seja por meio de níveis ou planos verticais¹.

A primeira destas formas de sistematização busca ofertar uma visão topográfica das áreas que compõem a teoria da guerra, podendo algumas destas estarem ou não situadas acima de outras, em termos de condução hierárquica. O enfoque desta sistematização é organizar conceitos que possuam natureza semelhante ou que, em comum, sejam relacionados a funções ou atividades não necessariamente hierarquizadas. É o caso de Jomini, ao conceber a teoria da guerra como sendo composta pela estratégia, grande estratégia, tática elementar, logística e engenharia, bem como de George C. Thorpe, que a entendia como constituída pela estratégia, tática e logística.

Já a segunda forma, da qual Clausewitz é um exemplo, tem por base a existência de níveis referentes à condução das atividades militares. Subjacente a esta concepção está a idéia de que para cada nível há regras e características próprias.

A resenha que será apresentada pauta-se na evolução histórica dessa segunda forma de sistematização, de onde mais propriamente se originou a concepção da arte operacional.

RESENHA HISTÓRICA

A guerra é um fenômeno cujas origens antecedem em muito a invenção da escrita¹. Como qualquer espécie de atividade social, a forma de empreendê-la varia em conformidade com os conhecimentos tecnológicos disponíveis. Assim, no tempo do surgimento das primeiras civilizações, a guerra resumia-se ao emprego de técnicas rudimentares de combate e cobria uma extensão territorial na ordem de poucas dezenas de quilômetros.

O fenômeno da guerra era, portanto, conduzido em um único plano: aquele referente ao preparo e à condução de combates ou engajamentos. Esse plano corresponde àquilo que hoje se denomina por nível tático da guerra, do grego *taktika*, “coisas relativas à organização ou ordenação”, ou do grego *taktik-* (*tekhn-*), a “arte de dispor ou organizar as forças para o combate”.

O governante, muitas vezes, era também responsável pela condução dos exércitos nas batalhas, evidenciando que as esferas política e militar se concentravam em uma mesma pessoa ou grupo. Ainda na época do Novo Império egípcio, por exemplo, há registros de que, na Batalha de Kadesh³, ocorrida no séc. XIII a.c., o Faraó Ramsés II comandou as quatro divisões egípcias de

¹ Formas híbridas são também bastante comuns.

² Creveld, pág. 14.

³ Federico A. Arborio Mella, pág. 210.

Amom, Ptah, Rá e Sutek contra as forças hititas. Assim, o governante que identificava os objetivos políticos a serem alcançados por meio da *manus militari* era também o responsável pelo comando direto das forças.

Tal realidade, entretanto, foi-se modificando, ao longo de um extenso processo histórico. Mesmo em épocas bem mais recentes, contudo, podem ser encontrados exemplos semelhantes, como foi o caso da Batalha de Austerlitz, em 1805, em que o então imperador francês, Napoleão Bonaparte, comandou diretamente as tropas. Apesar de exceções como essas, as tendências históricas apontavam para a diferenciação entre as esferas militar e política.

Em verdade, a gradual evolução tecnológica e a ampliação das comunidades políticas, tanto em termos geográfico quanto populacional, resultaram no surgimento de outros níveis da guerra, cuja percepção de existência, por parte dos estudiosos da arte da guerra, nem sempre se deu de imediato.

Apenas no século XVIII, é que Joly de Maizeroy identificou que, além da tática, a qual considerava meramente “mecânica”, havia ainda a estratégia, que dizia respeito à condução das operações militares como um todo e possuía um caráter predominantemente “intuitivo”⁴. O termo estratégia empregado por Maizeroy provém da palavra grega *strategós*⁵, composta por *stratós* – exército – e *ágein* – condutor –, ou seja, “aquele que conduz o exército”.

Na obra *Défense du Système de la Guerre Moderne* (1779), o Conde de Guibert, ao qual alguns autores também atribuem a criação da palavra estratégia⁶, professou a existência de uma “grande tática”, posteriormente chamada por este de estratégia ou “tática dos exércitos, em contraposição à “tática elementar”.

Até então, contudo, esse nível ou plano de condução da guerra, ao contrário do nível tático, rico em detalhamento, havia recebido pouco esforço teorizador. O primeiro tratado sobre estratégia, segundo o historiador Van Creveld, coube ao militar prussiano Heinrich Dietrich von Bülow, em sua obra *Geist des neuern Kriegsystems* (1799).

O Almirante Caminha oferece ainda a seguinte definição de estratégia, datada do século XVIII:

A arte de apresentar um plano de campanha, de dirigir um exército sobre os pontos decisivos ou estratégicos e de reconhecer os pontos sobre os quais é preciso, na batalha, colocar as maiores massas de tropas para assegurar o sucesso⁷.

⁴ Creveld, pág. 98.

⁵ Mirador, pág. 4.233.

⁶ Mirador, pág. 4.233.

⁷ Caminha, pág. 51.

Clausewitz, já no séc. XIX, também advogou condução da guerra em dois níveis⁸: o *operativ*⁹ e o tático. Para ele, a tática corresponderia ao planejamento e execução das forças armadas no engajamento, enquanto o *operativ* referia-se ao uso ou coordenação dos engajamentos para a consecução dos objetivos da guerra – resalta-se que a maioria dos autores preferiu traduzir o *operativ* de Clausewitz como estratégia. Ele ainda, ao formular sua famosa máxima “a guerra é simplesmente a continuação da política por outros meios”¹⁰, além de indicar a subordinação da guerra à política, apontou também, mesmo que implicitamente, para a existência de um nível político ou político-estratégico, referente ao mais elevado nível decisório do Estado¹¹.

Ainda nesse século, Jomini, em *Précis de l'Art de la Guerre*, definiu estratégia como “a arte de bem dirigir as forças sobre o teatro da guerra, seja para a invasão de um país, seja para a defesa de seu próprio”¹².

O fenômeno da guerra, em verdade, adquiriu destacada complexidade, no decorrer dos séc. XIX e XX, em razão da conscrição obrigatória, que originou os “exércitos de massa”, e dos acentuados avanços tecnológicos decorrentes da Revolução Industrial.

A criação, em 1808, do *Großer Generalstab* ou Alto Estado-Maior Geral da Prússia, de caráter permanente, que desempenhou um importante papel na organização e no pensamento militar prussiano e, posteriormente, alemão, contribuiu também para que, no séc. XX, fosse identificada a existência de um nível “estratégico-militar”.

A concepção de estratégia, que inicialmente apresentava uma conotação estritamente militar, conforme se vê em Clausewitz, Helmuth von Moltke¹³ e Jomini, veio a adquirir diferentes matizes de significados¹⁴. De fato, como bem aponta o Almirante Caminha¹⁵:

A Estratégia deixou de definir meramente a arte do comando militar em alto escalão. Tornou-se, também, instrumento permanente do estadista, para o preparo e emprego dos recursos da nação na busca de objetivos suscetíveis de provocar antagonismos. Decorreram daí conceitos mais amplos para a estratégia.

⁸ Clausewitz, pág. 128.

⁹ Segundo Bruce Menning, a palavra “operação”, que possui o mesmo radical de *operativ*, já era empregada desde o final do séc. XVII, para descrever o que os exércitos europeus faziam no campo de batalha.

¹⁰ Clausewitz, pág. 87.

¹¹ Caminha, pág. 53.

¹² Jomini, pág. 26.

¹³ Moltke o Velho conceituou-a como “a arte de aplicar os meios militares para alcançar os objetivos da guerra, fixados pela política”.

¹⁴ Pertusio, pág. 14.

¹⁵ Caminha, pág. 52.

Liddell Hart, no séc. XX, concebia estratégia de forma semelhante aos teorizadores do século anterior, porém referia-se à mesma como “estratégia pura” ou “estratégia militar”, ao mesmo tempo em que discernia a existência de uma “estratégia superior” ou “grande estratégia” ao qual aquela outra se subordinava. Para ele, o papel da grande estratégia, que outros autores chegaram a chamar de estratégia nacional, era “coordenar e dirigir todos os recursos de uma nação ou de um grupo de nações, para a consecução do objetivo político, visado com a guerra, que é definido pela política”¹⁶.

Diante dessa tendência, André Beaufre, em *Introduction à la Stratégie*, atribuiu à estratégia uma definição mais abrangente:

a arte da dialética das vontades que empregam a força para resolver seus conflitos [...] a fim de alcançar os objetivos estabelecidos pela política, utilizando da melhor forma os meios de que se dispõe¹⁷.

Beaufre, ao referir-se a “forças”, tomou-as em um sentido mais amplo, não se limitando àquelas de ordem militar. Em verdade, concebia que a estratégia possuía subdivisões que se superpunham piramidalmente¹⁸: no topo, a estratégia total, equivalente à grande estratégia de Liddell Hart, e, logo abaixo, a estratégia geral que se propaga pelos campos militar, político, econômico e diplomático¹⁹. Especificamente para o campo militar, haveria a chamada estratégia operacional, que corresponderia ao *operativ* dos alemães, ou seja, o conceito de estratégia descrito por Clausewitz.

A evolução do conceito de estratégia, ao longo dos séc. XIX e XX, tendendo cada vez mais para o topo da cadeia decisória nacional, acabou por distanciá-lo sobremaneira do nível tático de condução da guerra. É por isso que Beaufre, sensível ao surgimento de um nível intermediário entre estratégia e tática, procurou atribuir-lhe a denominação de nível “estratégico-operacional”, afirmando que seria o ponto no qual se articula o conceito e a execução. Esse nível corresponderia àquele do Comandante Operacional, responsável pela condução das forças, no teatro de operações²⁰.

A OTAN optou por chamar esse nível intermediário simplesmente de “operacional”, com a seguinte definição: “nível da guerra no qual campanhas e

¹⁶ Liddell Hart, pág. 406.

¹⁷ Beaufre, pág. 22 e 23.

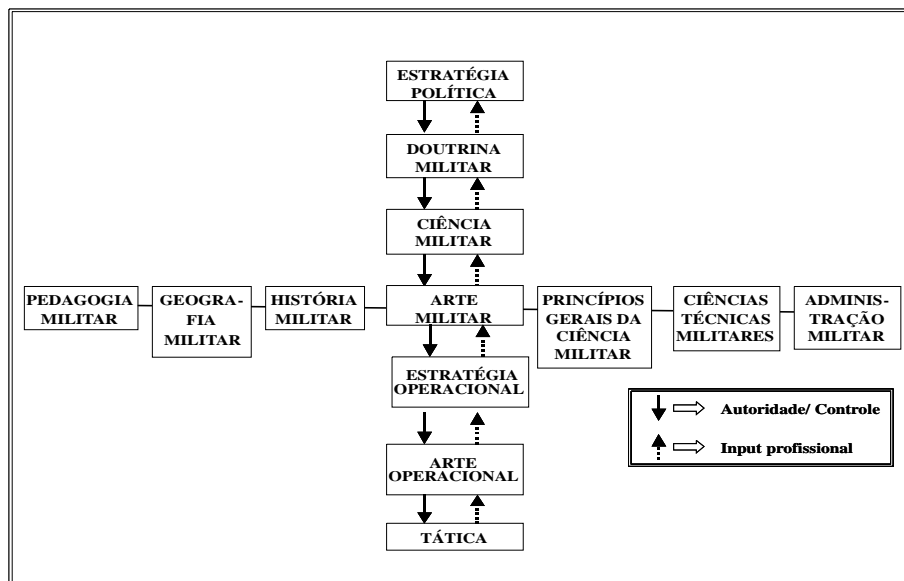
¹⁸ Beaufre, pág. 30 a 32.

¹⁹ Para Beaufre, havia ainda a estratégia do tempo de paz ou estratégia logística.

²⁰ Pertusio, pág. 19.

operações de grande porte²¹ são planejadas, conduzidas e mantidas para a consecução de objetivos estratégicos, dentro de teatros ou áreas de operações²². Diante dessas evoluções terminológicas, o Almirante Pertusio, do Instituto de Publicaciones Navales da Armada da Argentina, chegou a observar que certos princípios e teorias, outrora tomados como estratégicos, são hoje de caráter operacional²³.

Na realidade, a primazia pela identificação de nível intermediário entre a estratégia e tática não coube nem a Beaufre nem à OTAN. Em 1907, autores russos empregavam o termo *operatika* para designar o antigo conceito atribuído à estratégia²⁴. Na década de 20, estudiosos do exército soviético, tomando como base as experiências da Primeira Guerra Mundial e da Guerra Civil Russa, começaram a dar corpo àquilo que vieram a chamar por *operativnoye iskusstvo* ou “arte operacional”. Essa teoria estava voltada para problemas relacionados a questões inseridas no âmbito do teatro de operações e tinha seu ponto de aplicação justamente nesse espaço surgido entre os níveis estratégico e tático. O quadro abaixo destaca onde se localizaria a arte operacional, dentro da sistematização doutrinária adotada pela ex-União Soviética²⁵:



²¹ Segundo Milan Vego, pág. 2, uma operação de grande porte consiste em uma “série de ações táticas (batalhas, engajamentos, ataques, etc) sequenciadas e sincronizadas, no tempo e no espaço, destinadas à consecução de um objetivo operacional ou, às vezes, estratégico”.

²² AAP-6, versão 2005, pág. 2-O-2.

²³ Pertusio, pág. 90.

²⁴ Apud artigo de Bruce Menning “Operational Art’s Origins”.

²⁵ John Dziak, pág. 30 a 32.

A arte operacional soviética alcançou os EUA e a OTAN, a partir da veiculação de material ostensivo e da inteligência²⁶. A experiência da Guerra do Vietnã, na qual as vitórias táticas americanas não puderam ser transformadas em conquistas estratégicas, contribuiu para a sua aceitação no meio militar estadunidense. Esse fato é de grande importância, pois evidencia o propósito último da arte operacional, sua razão de ser, isto é: associar as ações táticas à consecução dos objetivos estratégicos.

Em 1982, a publicação FM 100-5, do *US Army*, passou a reconhecer a existência do nível operacional. Em sua versão de 1986, fez menção explícita à arte operacional, definindo-a como “o emprego das forças militares para alcançar objetivos estratégicos, em um teatro de guerra ou teatro de operações, por meio da concepção, organização e condução de campanhas e operações de grande porte”²⁷. O Ato Goldwater-Nichols, desse mesmo ano, que reorganizou o Departamento de Defesa americano pondo ênfase nas operações combinadas (*Joint Operations*), provocou a propagação desse corpo teórico para as demais forças (*US Navy, US Marine Corps, US Air Force e US Coast Guard*). Esses preceitos foram postos em prática já na Operação *Just Cause*, em 1989, no Panamá²⁸.

A arte ou estratégia operacional é hoje adotada em vários países: membros da OTAN, ex-membros do Pacto de Varsóvia e alguns países da América Latina, entre outros.

O Exército Brasileiro, em 1993, adotou oficialmente o conceito de estratégia operacional. Nas publicações C100-5 “Operações”²⁹, de 1997, e C124-1 “Estratégia”³⁰, de 2001, faz-se alusão a que os conflitos são travados em três níveis: estratégico, estratégico-operacional e tático.

A Força Aérea Brasileira, em 1997, incorporou o nível operacional a sua doutrina. A publicação DCA 1-1 “Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira”, de 2005, indicou como níveis de decisão da guerra: político, estratégico, operacional e tático. Segundo a mesma:

o nível operacional corresponde aos comandos dos Teatros de Operações (TO) e comandos subordinados e tem por atribuição definir a disposição das forças durante o combate, visando aos objetivos estratégicos, enquanto o nível tático, de posse das missões atribuídas, desenvolve ações no sentido de cumprir os planos estabelecidos no nível operacional³¹.

²⁶ Apud artigo de Bruce Menning “Operational Art’s Origins”.

²⁷ Apud artigo de Bruce Menning “Operational Art’s Origins”.

²⁸ Apud artigo de James K. Greer “El Arte Operacional para la Fuerza 29 Objetivo”.

²⁹ C 100-5, pág. 3-3.

³⁰ C 124-1, pág. 1-4.

³¹ DCA 1-1, pág. 14.

O Ministério da Defesa, na publicação MD 33-M-05 “Manual de Processo de Planejamento de Comando para Operações Combinadas”, de 2001, chegou a classificar os níveis de planejamento como estratégico, operacional e tático, na qual destacou que o planejamento operacional “visa ao estabelecimento e à realização de operações de caráter naval, terrestre e/ou aéreo, coordenadas no tempo e no espaço, que permitam alcançar os objetivos militares impostos no planejamento estratégico”.

A Escola de Guerra Naval, em 2001, desenvolveu um estudo, no qual reconheceu a existência de quatro níveis de condução da guerra, tomando como base a Estrutura Militar de Guerra brasileira: político-estratégico, estratégico-militar, operacional e tático. Esse trabalho propôs também a inclusão da estratégia operacional na doutrina da Marinha do Brasil.

O EMA 305 “Doutrina Básica da Marinha”, revisão de 2004, chegou a fazer menção aos níveis de condução da guerra propostos pela EGN, substituindo apenas a denominação do nível “político-estratégico” para “político”. Contudo, não fez referência à estratégia operacional.

O esquema a seguir ilustra, simplificada, a evolução da concepção dos níveis da guerra.



CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DAS ORIGENS DA ARTE OPERACIONAL

A perspectiva histórica realizada torna evidente que a arte operacional está relacionada ao surgimento de um nível de guerra intermediário entre os níveis tático e estratégico, chamado de nível operacional ou estratégico-operacional. Pelo exposto, percebe-se que constitui o esforço teórico desenvolvido no sentido de, durante o planejamento em nível operacional, buscar interligar os objetivos estratégicos com as ações táticas.

DEFINIÇÕES E ALCANCE

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Uma definição busca retratar a essência e os limites até onde se estende o significado de um determinado conceito. Diante disso, procurar-se-á apresentar diversas definições acerca da arte ou estratégia operacional, ainda que de uma forma um tanto estendida, com o propósito de revelar sua natureza e alcance.

PRINCIPAIS DEFINIÇÕES E ALCANCE

Conforme já mencionado, a *operativnoye iskusstvo* ou “arte operacional” dos soviéticos tinha como foco a solução de problemas militares no contexto do teatro de operações.

A OTAN, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, entre outros, preferiram também chamá-la de arte operacional. A publicação AJP-1(A) “*Allied Joint Operations Doctrine*” da OTAN define-a como:

O emprego, com habilidade, das forças militares para alcançar objetivos operacionais e/ou estratégicos, por meio da concepção, organização, integração e condução de estratégias de teatro, campanhas, operações de grande porte e batalha³².

Expõe ainda que a arte operacional:

transforma objetivos estratégicos em uma concepção operacional, que une e integra as batalhas e engajamentos táticos, para que sejam alcançados objetivos estratégicos. Nenhum nível de comando é sozinho relacionado à arte operacional. Em sua mais simples expressão, a arte operacional determina o quando, onde e por qual propósito as forças conduzirão operações militares³³.

As publicações JP 1-02 “*Dictionary of Military and Associated Terms*” e JP 3-0 “*Doctrine for Planning Joint Operations*” definem a arte operacional de forma semelhante à AJP-1(A), excluindo apenas a expressão “com habilidade” (no original “*skillful*”). Na JP 1-02, é ressaltado que a arte operacional traduz a estratégia do Comandante da Força Combinada em um conceito operacional³⁴ e, por fim, em ação tática, por meio da integração de todos níveis da guerra³⁵. A JP 3-0, além de corroborar a AJP-1(A), descreve que a arte operacional:

³² AJP-1(A), pág. 2-9.

³³ AJP-1(A), pág. 2-9.

³⁴ Conceito ou concepção operacional (do inglês *operational design*) pode ser compreendido como o “conceito da campanha”, ou seja, a forma como serão unidos e interligar os combates e engajamentos (as operações propriamente ditas) de forma a alcançar os objetivos estratégicos.

³⁵ JP 1-02, pág. 385.

ajuda os comandantes a empregarem seus recursos de forma eficiente e eficaz, na consecução de seus objetivos estratégicos, pois, sem a mesma, a guerra seria um conjunto desconexo de engajamento, no qual a atrição seria a única medida de sucesso ou fracasso³⁶.

Na publicação JP 5-00-1 “*Joint Doctrine for Campaign Planning*”, é apontado que, como o planejamento de campanha em nível operacional é principalmente uma arte, ele está intimamente ligado à arte operacional, mais precisamente quanto ao conceito operacional da campanha, pois essa é uma tarefa intelectual baseada na experiência e julgamento pessoal. O resultado desse processo é o conceito operacional. Afirma também que a essência da arte operacional está na habilidade de massificar efeitos contra as vulnerabilidades críticas ou centros de gravidade³⁷ do inimigo, a fim de destruí-los ou neutralizá-los, com o propósito de alcançar objetivos operacionais ou estratégicos. Para tanto, prescreve que os planejadores dispõem de dois métodos, de acordo com as circunstâncias do teatro: atacar direta ou indiretamente os centros de gravidades³⁸.

Ainda no âmbito da doutrina combinada americana, na “*Joint Doctrine Encyclopedia*”, é feita alusão ao fato de que a arte operacional é praticada não apenas por comandantes de forças combinadas, mas também por seus comandantes subordinados. Enfatiza ainda que o foco da arte operacional combinada está no emprego das forças militares e na organização dos seus esforços em tempo, espaço e propósito³⁹.

A doutrina de defesa britânica, que compreende a existência de quatro níveis da guerra (*grand strategic, military strategic, operational* e *tactical*), insere a arte operacional no contexto do nível operacional, definindo-a de forma idêntica às forças armadas dos EUA.

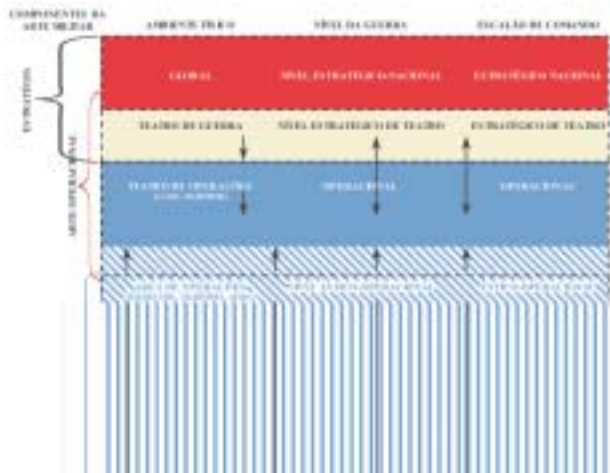
O professor Milan Vego conferiu-lhe a seguinte definição: “componente da arte militar referente à teoria e prática do planejamento, preparação, condução e manutenção de operações de grande porte e campanhas, destinadas à consecução de objetivos operacionais ou estratégicos em um dado teatro”. Correlacionou-a com os níveis da guerra, conforme segue:

³⁶ JP 3-0, pág. xii e xiii.

³⁷ Centro de gravidade é um conceito originário de Clausewitz, largamente utilizado na arte operacioanal, que retrata o “centro de todo poder e movimento, do qual tudo depende. É o ponto contra o qual todas nossas energias devem ser direcionadas”.

³⁸ JP 5-00-1, pág. II-8 e II-12.

³⁹ Joint Doctrine Encyclopedia, pág. 565.



A importância da arte operacional, para esse autor, reside no fato de que esta provê aos comandantes uma estrutura capaz de auxiliá-los no ordenamento de seus pensamentos, quando desenhando campanhas e operações de grande porte. Ilustrou da seguinte forma a relação da arte operacional com os demais componentes da arte militar⁴⁰:



O Almirante Pertusio definiu-a como⁴¹ a “condução exercida pelos comandantes operacionais, os quais comandarão normalmente forças combinadas⁴², podendo também ser singulares⁴³”.

O Exército Brasileiro, na publicação C 100-5 “Operações”, apontou-a como a “a arte de preparar, deslocar, desdobrar e empregar as Forças do Teatro de Operações visando a alcançar, nas melhores condições, os objetivos fixados

⁴⁰ Milan Vego, pág. 2 e 3.

⁴¹ Pertusio, pág. 22.

⁴² Na Argentina, emprega-se a palavra *conjunta* para designar aquilo que, no Brasil, se chama de *combinado* e, nos Estados Unidos, de *joint*.

⁴³ Traduziu-se aqui *específicas* por *singulares*

pela estratégia militar”, destacando que seu campo de emprego é o teatro de operações⁴⁴.

A Escola da Guerra Naval, em 2001, definiu estratégia operacional como:

a arte de aplicação da Manobra Operacional pelo Comandante de um Teatro de Operações, ou de outro Grande Comando equivalente da Estrutura Militar de Guerra, de acordo com a previsão e orientação da Estratégia Militar, e de acordo com os objetivos estratégicos fixados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DAS DEFINIÇÕES E DO ALCANCE

Em verdade, as definições referentes ao nível operacional, conforme disposto na resenha histórica, possuem tantas semelhanças com aquelas atribuídas à arte ou estratégia operacional propriamente dita que é possível concluir, com certo grau de segurança, que esta é uma metodologia de planejamento aplicável ao nível operacional, destinada aos comandantes operacionais e seus comandantes subordinados, no contexto do teatro de operação.

Entretanto, Milan Vego, em sua correlação da arte operacional com os demais níveis da guerra, deu a entender que as linhas demarcatórias do seu campo de aplicação podem estender-se para além do teatro de operações, vindo a alcançar esferas decisórias bem mais elevadas, em particular o chamado nível estratégico-militar.

Nesse tocante, cumpre observar que muitos dos conceitos doutrinários que compõem esse corpo teórico são passíveis de utilização em outros níveis de guerra, tal como o “centro de gravidade”. Daí, talvez, a razão pela qual Milan Vego tenha preferido retratar o campo de aplicação da arte operacional de forma bastante elástica, ainda que o nível operacional seja o seu *locus* principal.

DENOMINAÇÕES USUALMENTE EMPREGADAS

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Nomes não são meros rótulos ou etiquetas. De fato, a maneira como um determinado conceito é denominado costuma influenciar a forma como é interpretado. Em face disso, serão aqui expostas as expressões usualmente empregadas para designar esse corpo teórico, bem como serão tecidas algumas considerações a esse respeito.

⁴⁴ C 100-5, pág. 3-3.

DENOMINAÇÕES

A expressão “arte operacional” é talvez aquela mais empregada internacionalmente, sendo adotada pela OTAN e pelos ex-membros do Pacto de Varsóvia. Milan Vego, contudo, faz críticas a essa denominação, preferindo *Operational warfare* (que pode ser traduzida como “guerra operacional” ou “procedimentos de guerra operacional”), sob o argumento de que esse corpo teórico engloba tanto teoria quanto prática, tratando-se, igualmente, de uma arte e de uma ciência.

Já Beaufre e Pertusio empregam a expressão “estratégia operacional”. Essa é também a forma utilizada pelo Exército Brasileiro e na Argentina, Chile e em outros países.

Essa talvez seja a forma mais apropriada, do ponto de vista etimológico, conforme o raciocínio que se segue: “estratégia”, sendo etimologicamente a “condução das forças”, e vindo acompanhada do termo “operacional”, que designa o nível operacional, resultaria em “condução operacional das forças” ou “condução das forças no nível operacional”.

Entretanto, é de se reconhecer que o caráter polissêmico do vocábulo “estratégia”, em face de sua evolução histórica e do emprego irrestrito que tem recebido em diversos setores da sociedade (finanças, esportes, etc, no sentido de “ordenamento de meios para o atingimento de fins”), pode vir a gerar dúvidas quanto ao seu real significado. De fato, aqueles que não estejam bem familiarizados com a essência e o escopo desse corpo teórico podem erradamente deduzir, ao ouvir tal denominação, que o mesmo esteja circunscrito a questões específicas do nível estratégico-militar ou das esferas mais elevadas do processo decisório nacional. Obviamente que tal inconveniente não existe naqueles países ou forças que nomeiam o nível intermediário situado entre estratégia e tática como estratégico-operacional, pois a identidade de nomes entre o nível e a teoria já serve para indicar a existência de uma forte relação entre ambos.

Outras expressões são ainda encontradas, tais como “estratégia de teatro”, em “*Estratégia, la Lógica de Guerra y Paz*”, de Edward Luttwark, e “nível operacional”, como fez David Jablonsky em “*Estrategia y Nivel Operacional de la Guerra*”⁴⁵. Há autores que preferem usar “manobra operacional” ou “manobra estratégica-operacional”⁴⁶, fazendo referência a um dos seus elementos centrais e, dessa feita, chamando o “todo” pela “parte”.

⁴⁵ Pertusio, pág. 21.

⁴⁶ Manobra operacional ou manobra estratégica-operacional, aqui, pode ser compreendida como o conceito da campanha ou conceito operacional, em outras palavras, a forma como os engajamentos e combates serão interligados, seqüenciados e sincronizados a fim de alcançar os objetivos estratégicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO ESTUDO

Cumprido ressaltar que a arte operacional, desde seu nascedouro, foi aos poucos ganhando forma e conteúdo, ao mesmo tempo em que se servia de inúmeros conceitos provenientes de fatos históricos e da reflexão de autores e analistas da arte militar, tais como: o centro de gravidade, ponto culminante e fricção de Clausewitz; teatro de operação, pontos decisivos e bases e linhas de operação de Jomini; o nível operacional e a batalha profunda de Triandifilov e Tuchachevsky; a concepção de manobra operacional, decorrente das campanhas de Helmuth von Moltke, durante a unificação alemã, das campanhas de Ulisses Grant, na Guerra Civil Americana, e da *Blitzkrieg* alemã e das operações profundas⁴⁷ soviéticas, na Segunda Guerra Mundial; entre tantos outros⁴⁸.

Cada novo conflito que surge tem constituído fonte de inspiração para o aperfeiçoamento do seu já extenso arcabouço doutrinário. De fato, as publicações oficiais dos países que a adotam têm sido revistas constantemente, buscando sempre adaptá-la aos novos desafios que despontam no cenário internacional.

Mesmo no estado em que hoje se encontra, alguns de seus elementos não se mostram capazes de abranger satisfatoriamente todos os espectros de campanhas e operações, causando dificuldades aos planejadores militares. Por exemplo, a realização de operações de manutenção da paz, nas quais há forte ênfase na assistência humanitária, o combate ao terrorismo e o âmbito da guerra da informação, entre outros, constituem contextos que têm desafiado os preceitos relativos à elaboração do conceito operacional.

Por fim, a arte ou estratégia operacional não deve ser vista como um produto acabado, posto que se encontra inserida em um processo dialético de franca transformação e adaptação ao meio ambiente de segurança, requerendo do planejador militar um constante esforço de reflexão e atualização.

⁴⁷ A filosofia das operações profundas ou batalha profunda repousa na concepção de que o inimigo deve ser considerado um sistema hostil e não apenas um amontoado de forças. Consoante essa ótica, deve-se explorar a capacidade logística adversária, seu sistema de comando e controle, sua vontade política, sua capacidade de prover reforços, entre outros aspectos.

⁴⁸ Apud artigo de James K. Greer "El Arte Operacional para la Fuerza Objetivo".

REFERÊNCIAS

1. BEAUFRE, André. **An Introduction to Strategy**. Nova Iorque: Frederick A. Praeger, 1965.
2. BRASIL. Comando da Aeronáutica. **DCA-1.1 Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira**. 2005.
3. _____. Escola da Guerra Naval. EGN-304A. **Guia de Estudos de Estratégia**. Rio de Janeiro, 2005.
4. _____. Exército Brasileiro. **C 124-1 Manual de Campanha – Estratégia, 3ª ed.** 2001.
5. _____. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. **C 100-5 Manual de Campanha – Operações, 3ª ed.** 1997.
6. CAMINHA, João Carlos Gonçalves. **Delineamentos de Estratégia**. 1980.
7. CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War**. Princeton: Princeton University Press, 1984.
8. CREVELD, Martin Van. **The Art of War – War and Military Thought**. Londres: Cassel & Co, 2000.
9. DZIAK, John D. **Soviet Perceptions of Military Doctrine Power: The Interaction of Theory and Practice**. New York: Crane, Russak & Company Inc., 1984.
10. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Departmente of Defense. **Joint Doctrine Encyclopedia**. 1997.
11. _____. Department of Defense. **JP 1-02 Dictionary of Military and Associated Terms**. 2005.
12. _____. Department of Defense. **JP 3-0 Doctrine for Planning Joint Operations**. 1995.
13. _____. Department of Defense. **JP 5-00.1 Joint Doctrine for Campaign Planing**. 2002.

14. ESTRATÉGIA. In: **Enciclopédia Mirador Internacional**. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1992, v. 4.
15. _____. Ministry of Defence. **JWP 0-01 British Defence Doctriine**. 2003.
16. GREER, James K. **El Arte Operacional para la Fuerza Objectivo** in “Military Review”, 2º quarter/2003.
17. HART, B. H. Liddell. **As Grandes Guerras da História, 4ª ed. São Paulo: IBRASA,1991.**
18. JOMINI, Baron de. **L’Art de la Guerre**. Bruxelas: Meline, Cans et Compagnie,1838.
19. MELLA, Federico A. Arborio. **O Egito dos Faraós. São Paulo: Hemus,1981.**
20. MENNING, Bruce. **Operational Art’s Origins** in “Military Review”, 2º quarter, 1998.
21. OTAN. **AAP-6 - NATO Glossary of Terms and Definitions**, 2004.
22. _____. **AJP-1(A) Allied Joint Operations Doctrine**, .
23. PERTUSIO, Roberto L. **Estratégia Operacional**, 2ª ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 2000.
24. VEGO, Milan. **Operational Warfare**. Newport: Naval War College Press, 2000.